

PRONATEC: O NOVO PROGRAMA VELHO?

Desafios entre a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho

PRONATEC: THE NEW OLD PROGRAM?

Challenges between professional qualification and insertion in the labor market

PRONATEC: EL NUEVO PROGRAMA DE EDAD?

Desafíos entre calificación profesional y entrar en el mercado laboral

PRONATEC: LE NOUVEAU PROGRAMME VIEUX?

Défis entre qualification professionnelle et entrer sur le marché du travail

BENINI, Edi Augusto, Professor adjunto no curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em educação, mestre em administração pública e governo e bacharel em administração pública. Interesse nas áreas de: trabalho, autogestão, gestão pública, avaliação de políticas públicas

CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia Psicóloga, pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade e mestrado em Desenvolvimento Regional, ambos pela Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é psicóloga da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

RESUMO

Este trabalho busca analisar a eficácia do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) observando como a qualificação profissional oferecida contribuiu para a inserção socioeconômica. Utilizou-se a metodologia do Marco Lógico para compreender este programa. E pesquisa de campo, com aplicação de formulário aos participantes do curso e entrevista com a gestora, responsável pela execução do Pronatec em um município no estado do Tocantins, para estabelecer correlações e hipóteses a partir de um caso concreto. Apurou-se que as informações que embasam o programa não aparecem de forma detalhada nos documentos e sites oficiais, e que a oferta de cursos não considerou as características do setor produtivo local, diminuindo as possibilidades de inclusão dos egressos do Pronatec no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Pronatec. Qualificação Profissional. Marco Lógico.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the effectiveness of the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec) observing how the qualification offered contributed to the socio-economic integration. It was used the methodology of the logical framework to understand this program. And the search field, with application form to the course participants and interviews with the management, responsible for implementing the Pronatec in a municipality in the state of Tocantins, to establish correlations and hypotheses from a case. It was found that the information to support the program does not appear in detail in official documents and websites, and that the supply of courses did not consider the characteristics of the local productive sector, reducing the possibilities of including Pronatec graduates in the labor market.

KEYWORDS: Pronatec. Professional Qualification. Logical Framework.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à analyser l'efficacité du Programme national pour l'accès à l'enseignement technique et de l'emploi (Pronatec) observant comment la qualification offerte a contribué à l'intégration socio-économique. Nous avons utilisé la méthode du cadre logique pour comprendre ce programme. Et le champ de recherche, avec formulaire de demande aux participants au cours et des entretiens avec la direction, responsable de la mise en œuvre du Pronatec dans une municipalité dans l'État de Tocantins, d'établir des corrélations et des hypothèses à partir d'un cas. Il a été constaté que l'information pour appuyer le programme ne semble pas en détail dans les documents officiels et les sites Web, et que l'offre de cours n'a pas tenu compte des caractéristiques du secteur de la production locale, ce qui réduit les possibilités d'inclure les diplômés Pronatec sur le marché du travail.

MOTS-CLÉS: Pronatec. Qualification Professionnelle. Cadre Logique.

RESUMEN

Este trabajo pretende analizar la efectividad del Programa Nacional de Acceso a la Educación Técnica y Empleo (Pronatec) la observación de cómo la calificación ofrecido contribuyó a la integración socioeconómica. Se utilizó la metodología del marco lógico para entender este programa. Y el campo de búsqueda, con el formulario de solicitud a los participantes del curso y entrevistas con la dirección, responsable de implementar el Pronatec en un municipio en el estado de Tocantins, para establecer correlaciones e hipótesis de un caso. Se encontró que la información para apoyar el programa no aparece en detalle en los documentos oficiales y sitios web, y que la oferta de cursos no tuvo en cuenta las características del sector productivo local, lo que reduce las posibilidades de incluir graduados PRONATEC en el mercado laboral.

PALABRAS-CLAVE: Pronatec. Cualificación Profesional. Marco Lógico.

Introdução

Nas últimas décadas no Brasil, diversos investimentos foram realizados em políticas públicas, com distintos propósitos. Entre eles, programas e serviços voltados para o incentivo à formação e qualificação profissional, associando trabalho e educação, sobretudo para grupos socialmente mais vulneráveis. No entanto, percebeu-se que essas ações precisavam de uma melhor articulação, pois a maior parte daquele público não estava conseguindo garantir a sua inserção no mercado de trabalho, além da própria problemática, advinda justamente da relação trabalho e educação, que por si só enseja uma análise crítica.

Há muito tempo é um dilema para o país as taxas de desemprego e a exclusão social no mercado de trabalho (Castro & Abramovay, 2002). Frente a isso, o governo federal resolveu rever as ações governamentais voltadas ao pressuposto dominante da empregabilidade¹, com vistas a aprimorá-las, sem necessariamente considerar ou discutir a problemática da atual forma de desenvolvimento em curso, inclusive a condição de mercadoria que é imposta ao trabalho (Antunes, 2006).

Sem embargo, a questão da qualificação profissional, ou de forma mais ampla, o campo da educação para o trabalho, tende a se distanciar de problemáticas de caráter estrutural, reduzindo a questão do

trabalho e suas formas de alocação e emprego, para um viés estritamente individual. Ramos (2002) argumenta que essa individualização da educação para o trabalho tem como propósito a despolitização e o ocultamento das relações sociais de exploração, situando-as como meramente técnicas, portanto, demarcando uma estratégia de adequação/submissão das competências do trabalho que são pertinentes ao status quo.

Por conseguinte, em que pesem às concretas condições gerais de trabalho e produção (Antunes, 2006), que permitem, ou não, tal efetividade pretendida por governos (de emprego produtivo e remunerado do trabalho humano), antes é preciso examinar a própria eficácia do programa. Isto implica avaliar se os trabalhadores estão de fato recebendo uma qualificação adequada às suas necessidades, e pertinente às dinâmicas próprias do mercado de trabalho, inclusive considerando como determinante a direção ou perspectiva dos investimentos e da reestruturação produtiva em geral (Alves, 2005). O devido esclarecimento, desse elemento da política em tela, traz subsídios para um questionamento mais amplo da própria adequação ou consistência das formas atuais de qualificação do trabalho para o mercado.

¹ Capacidade de o indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho (Oliveira, 2005).

Com uma abrangência nacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) pretende fomentar o desenvolvimento a partir de intervenções locais. Considera-se que investimentos na educação profissional podem aumentar o emprego e melhorar a sua remuneração, impactando positivamente nas cadeias produtivas de uma localidade, dinamizando a economia daquela região tanto pelo aumento do consumo (via salários), como pela melhoria da qualidade do serviço prestado (Brasil, 2012c e 2015). Por conseguinte, esse programa elege, como condição de efetividade das suas ações, a correlação linear entre formação para o mercado de trabalho vigente e desenvolvimento socioeconômico.

Não obstante, para que a atuação governamental possa ter efetividade (resolver ou equacionar satisfatoriamente um problema), antes ela precisa produzir resultados em cada nível organizacional e

Avaliação de Políticas Públicas: diversas perspectivas

Com a ampliação das políticas públicas no Brasil no século XX surgiu a necessidade de conhecer, com melhor propriedade, o conteúdo e impacto de tais ações, fazendo com que o campo de avaliação de políticas sociais se desenvolvesse (Figueiredo & Figueiredo, 1986). Os programas voltados a atender às diversas demandas da sociedade vêm pressionando o setor público a aprimorar suas práticas de gestão, ampliando a elaboração de diagnósticos, monitoramento e avaliação de programas.

Ainda que o monitoramento e a avaliação tenham se institucionalizado de maneira gradual e cumulativa no Brasil, sobretudo em âmbito federal (Souza e Hellmann, 2012), atualmente se reconhece que estas atividades podem contribuir tanto para a eficiência dos programas como para seu aprimoramento (Piecha e Valerelli, 2008). Além de possibilitar uma tomada de decisão

societário, isto é, atingir a necessária eficácia das suas políticas, e para isso é preciso que a gestão esteja embasada em informações obtidas a partir de avaliações de desempenho relacionadas às suas metas (Santos, 2013).

Este trabalho tem como objetivo analisar a eficácia do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) observando como a qualificação profissional oferecida contribuiu para a inserção no mercado de trabalho. Também busca compreender o Pronatec tanto enquanto estratégia como enquanto discurso, uma vez que diversas ações de qualificação profissional já eram executadas pelo governo federal. Sob esta ótica, o Pronatec pode não ser um programa novo, mas um mesmo serviço prestado com algumas modificações, como as parcerias com a política pública de Assistência Social e foco nos os beneficiários de programas de transferência de renda, público prioritário de algumas modalidades, como será explicitado mais adiante.

com mais qualidade e embasamento (Gubermann e Knopp, 2011).

Outra contribuição da avaliação de políticas públicas é fornecer elementos que, se analisados em conjunto, podem direcionar as ações para níveis mais adequados de eficiência, eficácia e efetividade no uso de recursos públicos (Figueiredo & Figueiredo, 1986). De modo que a tomada de decisão seja orientada pelos princípios da transparência e descentralização, atendendo aos interesses coletivos por serviços mais adequados a demanda da população.

A ausência de clareza sobre as finalidades e objetivos da avaliação de políticas públicas faz com que a mesma seja teorizada de uma forma, executada de outra e os resultados levantados, utilizados de forma distinta das duas anteriores, o que vem a ser também um forte obstáculo para a democratização do próprio Estado brasileiro (Benini, Benini & Novaes, 2012). Dessa forma,

advoga-se que um exercício mais consistente de cidadania, demanda conhecimentos adequados sobre o funcionamento do Estado (políticas públicas), e a sua avaliação é um processo produtor destes conhecimentos.

A avaliação é uma etapa do ciclo de implementação de políticas públicas e seu objetivo é analisar se os esforços empreendidos estão atuando para solucionar o problema original (Jannuzzi, 2011) e em que medida há um distanciamento dos resultados alcançados em relação a seus objetivos iniciais (Figueiredo & Figueiredo, 1986). O que faz com que a avaliação tenha um aspecto comparativo, em que os objetivos são confrontados com os resultados alcançados, apontando se há necessidade de realizar mudanças para garantir a efetividade (Jannuzzi, 2011).

Existem diversos métodos de pesquisa em avaliação, com diversas características, vantagens e limitações (Jannuzzi, 2011). Tais métodos devem ser escolhidos de acordo com o objetivo que o programa deseja alcançar e a consistência dos dados disponíveis (Figueiredo & Figueiredo, 1986), não sendo mutuamente excludentes em um projeto de pesquisa, mas antes complementares, compatíveis e conectáveis (Oliveira, 2003).

Pronatec – o novo programa velho

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foi criado em 2011, por meio da Lei 12.513 sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e mais especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC (Brasil, 2012a). A referida lei estabelece que são objetivos do programa:

- I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

Este trabalho se constitui na perspectiva de uma avaliação de processo, na medida em que busca aferir a eficácia do Pronatec, percebendo se o programa está sendo implementado de acordo com as diretrizes para a sua execução e se atinge as metas desejadas, de acordo com o conceito de avaliação de processo proposto por Figueiredo & Figueiredo (1986). Tendo isso em vista, Berriet-Sollic, Baudry e Labarthe (2009) destacam que avaliação também é uma ferramenta para aumentar a eficiência da ação política, melhor controlar os gastos públicos e tornar mais transparente, para o cidadão, o uso de fundos públicos.

Qualquer que seja a via escolhida para proceder à avaliação, a confrontação com os fatos tem importância nos modelos de avaliação. No Brasil, a busca pelas evidências aparece como elemento essencial no auxílio à decisão pública, sobretudo em políticas públicas em que orçamento é alto, como a saúde (Mowat, 2007). O método da EBD (Decisões Baseadas em Evidências) é duplo, pois permite conhecer o processo de tomada de decisão, graças às entrevistas junto aos implementadores, e avaliar baseando-se na validação empírica, no caso da aplicação de uma ação ou de uma intervenção pública (Berriet-Sollic et al., 2009).

- III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (Brasil, 2011, p.1).

Destacando que este último objetivo (VI) foi incluído pela Lei nº 12.816, de 2013. Devido a grande quantidade de objetivos, o

Pronatec tem um público-alvo amplo e para isso utiliza de diversas estratégias de implementação. Entre elas estão à ampliação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (institutos federais), da rede E-tech Brasil (cursos técnicos a distância) e de vagas gratuitas pelo Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR). Como estratégias também cita-se o fortalecimento do Programa Brasil Profissionalizado, a concessão de financiamento aos estudantes para custeio de cursos técnicos e para empresas que desejam oferecer qualificação por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Além da Bolsa Formação, em que, além dos cursos gratuitos, também é oferecido alimentação, transporte e material didático (Cassiolo & Garcia, 2014).

Na modalidade Bolsa Formação, foi criado o Pronatec BSM para a oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) com público prioritário os indivíduos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Buscava-se com isso qualificar e inserir no mercado de trabalho a população em situação de pobreza e extrema pobreza.

No entanto, é importante destacar que com exceção do FIES e da Bolsa Formação, as demais ações já eram executadas anteriormente pelo governo federal. E com a criação do Pronatec estas foram articuladas numa única estratégia sob coordenação do MEC (Santos, 2013). Devido a isso se questiona se o Pronatec é um programa novo, uma vez que é composto de ações já realizadas anteriormente, como no caso do Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Silva, 2015), dando continuidade aos seus pressupostos.

Os cursos oferecidos se dão por meio da rede federal de educação profissional (conhecidas por escolas técnicas), como pelo financiamento de cursos em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR). E a oferta deles é sistematizada por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e pelo Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada. Estas são publicações atualizadas periodicamente e divididas por eixos tecnológicos.

O programa possui uma grande abrangência, entre 2011 e 2015 foram oferecidas 9,4 milhões de matrículas (Brasil, 2015) e em 2016 a previsão é que sejam oferecidos mais 2 milhões de matrículas. Devido a isso e ao desenho do programa, o Pronatec possui uma grande quantidade de instituições envolvidas em sua execução, que para Santos (2013) se deve a descentralização dos serviços públicos.

A escolha dos cursos deve ser definida por meio de audiências públicas com a sociedade (Pacheco, 2011). Para garantir a eficiência dos serviços, o Pronatec possui duas instâncias de controle social: o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional e o Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional. O primeiro tem a atribuição articular e avaliar todos os programas voltados à formação e qualificação profissional no governo federal (Brasil, 2011). O segundo deve promover a articulação entre os entes federados para a implementação de programas e ações de educação profissional e tecnológica (Brasil, 2012b). Desse modo, evita-se sobreposições na oferta de cursos, e promove o alinhamento entre oferta e demanda (Santos, 2013). Portanto, temos aqui uma perspectiva de aproximação e adequação entre os imperativos do mercado de trabalho e a intervenção estatal nesse processo.

Público-alvo do programa: os beneficiários e sua inserção no mercado de trabalho

Com a proposta do governo federal de retomar o crescimento econômico sem modificar suas estruturas, identificou-se que a escassez de mão de obra qualificada representava um dos maiores obstáculos para implantação da nova medida. É neste contexto, que o governo lança o Pronatec buscando o “fortalecimento do mundo do trabalho e de inclusão à cidadania dos segmentos inferiorizados da sociedade” (Cassiolato & Garcia, 2014, p. 11), porém, sob uma perspectiva controvertida, no que diz respeito às lutas da sociedade frente às propostas do governo (Frigotto, Ciavatta, & Ramos, 2005).

No ano de 2004, o Brasil obteve elevado percentual de crescimento mediante a expansão das redes federais de ensino, responsáveis pela oferta de cursos de nível médio e superior (Cassiolato & Garcia, 2014). O governo federal, que revogou o Decreto nº 2.208/1997, que impedia a expansão da rede federal de educação profissional, dando início a um processo de expansão das redes federais de ensino. Entendeu-se, segundo os autores citados, que a oferta de cursos profissionais para os trabalhadores traria transformações sociais e econômicas. Mas o Pronatec só foi lançado posteriormente, mediante a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de qualidade.

A previsão dos beneficiários do Pronatec está contida no art. 2º, da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que determina que serão atendidos prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, trabalhadores e indivíduos que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista (Brasil, 2011).

Em 2013, foi acrescido à redação da lei a participação de agricultores familiares,

silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; pessoas com deficiência; povos indígenas, comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Também foram incluídos os desempregados, em que a participação nos cursos do Pronatec é condição para o trabalhador receber o seguro desemprego, sob pena de perda do benefício (Brasil, 2011). A estratégia consiste em preparar a pessoa para ser reinserida no mercado de trabalho no menor espaço de tempo possível.

E por meio da Lei nº 12.816 de 5 de junho de 2013 foi incluído na legislação que institui o Pronatec os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (Brasil, 2013). Estes em geral são mulheres, uma vez que elas são escolhidas, prioritariamente, para serem as titulares do benefício (BRASIL, 2006). O que também se refletiu no público participante do programa, uma vez que entre os matriculados no Pronatec BSM, de outubro de 2011 a junho de 2014, 67,5% eram mulheres e 32,5% eram homens, segundo MDS (2015). Apesar de esta publicação apontar um avanço no número de mulheres inscritas no Pronatec, Dias (2015) comenta que 55% das beneficiárias do Bolsa Família no universo pesquisado não tinham o Ensino Fundamental completo, o que impede o seu acesso ao Pronatec, uma vez o nível de escolaridade é um dos critérios acesso.

A parceria entre as políticas do governo federal estava identificada na proposta do Plano Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), e o Ministério da Educação (MEC), este último responsável pelo Pronatec. O programa dispõe de um conjunto de ações de incremento da formação técnica e profissional das pessoas em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2012c).

A articulação entre os ministérios permitiu a oferta gratuita de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, por meio de bolsa, para pessoas inscritas no CadÚnico, com prioridade para os beneficiários do Programa Bolsa Família e do

Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Brasil, 2012c). De modo que o Pronatec integra o Plano Brasil Sem Miséria, no eixo inclusão produtiva (vide Tabela 1), com vistas à ampliar as oportunidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 1 - Programas, serviços e ações do Plano Brasil Sem Miséria.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA		
Eixos de atuação	Áreas	Programas, Serviços e Ações
Garantia de renda	-	Benefício de Prestação Continuada (BPC)
	-	Programa Bolsa Família
Acesso a serviços	Educação	Brasil Alfabetizado
		Mais Educação
	Saúde	Brasil Sorridente
		Distribuição de Medicamentos
		Olhar Brasil
		Rede Cegonha
		Saúde da Família
		Saúde na Escola
	Assistência Social e Segurança Alimentar	Unidades Básicas de Saúde
		Banco de Alimentos
		CRAS
		CREAS
	Inclusão produtiva	Rural
Acesso a mercados públicos e privados		
Água e Luz para todos		
Assistência Técnica		
Bolsa Verde		
Fomento		
Urbano		Apoio aos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis
		Olhar Brasil
		Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC)
		Rede de Equipamentos de Alimentos e Nutrição

Fonte: adaptado de MDSA. (2014). *Plano Brasil Sem Miséria*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

No documento do governo federal que versa sobre os procedimentos necessários ao atendimento pelo Pronatec, consta como pré-requisitos: idade mínima de 16 anos e estar cadastrado ou em processo de cadastramento no CadÚnico. E não há limite de pessoas por

família (Brasil, 2012c). O documento orienta ainda que o gestor municipal deverá dar prioridade aos indivíduos do Cadastro Único e de programas de transferência de renda, levando em conta a escolaridade dos interessados (Brasil, 2012c).

Método

Nesse trabalho avaliou-se o Pronatec por meio da metodologia do Marco Lógico e de pesquisa de campo, por meio de delineamento transversal uma vez que a

população foi definida por critérios geográficos (município) e temporais (participar do curso oferecido naquele ano) e as informações foram obtidas em um único

momento. O Marco Lógico foi o ponto de partida para a uma análise da situação, por permitir tanto o planejamento como o acompanhamento e a avaliação de um programa ou projeto (Coelho Júnior, 2013; Pentead Filho, 2002). O método permite estabelecer o marco conceitual de uma política pública e traçar uma perspectiva explícita dos resultados esperados (Rua, 2005).

A Matriz de Planejamento do Projeto (MPP) é o principal produto do método (Rua, 2005) porque descreve a estrutura lógica da intervenção ou do programa, permitindo compreender seu desenho e escolher os melhores meios e fontes de evidência para mensurar o alcance do propósito e do objetivo geral (Coelho Júnior, 2013). Quando utilizado para a avaliação de um programa ou projeto, é possível identificar as deficiências do desenho, se a delimitação do problema está relacionada com as ações propostas e se as ações planejadas estão relacionadas a mudanças que atacam as causas do problema (Cassiolato & Guerresi, 2010). A principal vantagem do método é permitir objetividade na elaboração e descrição de um programa ou projeto, possibilitando uma rápida e fácil

visualização dos fatores de acompanhamento e avaliação (Pentead Filho, 2002), auxiliando inclusive ações de auditoria realizada por órgãos de controle (Brasil, 2001).

Entre as desvantagens do método, está a dificuldade de observação da inter-relação entre programas e projetos (Pentead Filho, 2002) e sua restrição a consultores e especialistas, uma vez que não há participação dos executores ou do público-alvo do programa (Rua, 2005), dado o caráter técnico da avaliação via Marco Lógico. Buscou-se compensar essa ausência, com a aplicação de formulário aos egressos dos cursos e entrevista com a gestora.

Neste trabalho, o Marco Lógico foi utilizado para compreender o desenho do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), como ele deveria supostamente funcionar, tendo uma definição clara dos objetivos e dos resultados esperados. A partir do que se pretendia alcançar, foi avaliado em que medida o programa alcançou os resultados (no sentido de metas) a que se propôs, construindo-se a matriz do mesmo, aqui apresentada de forma sucinta.

Quadro 1 - Matriz sintetizada do Marco Lógico do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Resumo de Objetivos	Indicadores	Meios de verificação	Supostos
FIM: maior número de mão de obra qualificada com nível técnico e profissional no Brasil.	Quantidade de pessoas com formação técnica e profissional no Brasil após o início do PRONATEC.	Relatórios provenientes de órgãos oficiais (ex. sítio do MEC, do MDS etc.) que indiquem essas quantidades.	Absorção da mão de obra qualificada no programa pelo mercado de trabalho.
PROPÓSITOS: ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.	Quantidade de pessoas atendidas num dado período de tempo.	Sistema S e Redes de ensino. Sítios oficiais (MEC, MDSA).	Manutenção do pacto político.
COMPONENTES: - Expansão da rede federal. - Programa Brasil Profissionalizado. - Rede e-TecBrasil. - Acordo de gratuidade (Serviços Nacionais de Aprendizagem) - FIES Técnico e Empresa - Bolsa-Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Presença em todos os estados brasileiros • Mais de 350 unidades em funcionamento • Ampliação da oferta com gratuidade e vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda. 	As mantenedoras das instituições pactuadas disponibilizarão ao MEC as informações sobre os beneficiários do PRONATEC, comprovando sua matrícula e frequência via sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo MEC.	Não contingenciamento de recursos do PRONATEC.

	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de bolsa no valor de R\$ 10,00 hora-aluno. 		
ATIVIDADES: - Expandir a oferta de cursos. - Construir e reformar escolas. - Melhorar a qualidade do ensino médio.	Recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, MEC).	- Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o PRONATEC. - Resoluções Nº 6; 7 e 8 (ambas de 20 de março de 2013).	Dotação orçamentária.

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

A pesquisa de campo se deu por meio de aplicação de formulário e entrevista com a gestora responsável pela execução das ações do Pronatec no município do interior do estado do Tocantins, na Região Norte do país. O formulário, principal instrumento de coleta de dados, foi construído pelos pesquisadores deste estudo. E era semi-estruturado, composto por onze questões, sendo sete com objetivo de levantamento de dados pessoais, como gênero, idade, etnia, escolaridade, participação no Programa Bolsa Família e em grupo sociais (grêmio, movimento estudantil, associação, conselho, etc). E quatro questões que buscavam dados relacionados a questões profissionais, como curso realizado, situação atual (trabalhando ou desempregado), rendimentos salariais (em caso de vínculo empregatício) e possíveis impedimentos para inserir-se no mercado de trabalho (em caso de desemprego).

O formulário foi aplicado no final de 2015 aos participantes do curso de qualificação profissional em Recursos Humanos. O curso de qualificação profissional em Recursos Humanos oferecido via Pronatec, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, no município pesquisado, contou com 22

Na pesquisa realizada em um município do interior do estado do Tocantins observou-se que a maioria dos entrevistados são mulheres, com um total de 93,4% da

participantes, mas apenas 15 deles foram encontrados.

A partir dos dados fornecidos pelo órgão responsável pelo curso no município, entrou-se em contato com os participantes do curso via telefone e foi marcado um horário para a aplicação presencial do formulário. O mesmo foi aplicado em formato impresso, e as respostas dos indivíduos foram registradas pelos pesquisadores. Todos os participantes foram esclarecidos sobre a confidencialidade dos dados, uma vez que seus nomes não seriam citados. Os mesmos concordaram em participar da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Também foi realizada entrevista semiestruturada com a gestora responsável pelas ações do Pronatec no município. A entrevista com a gestora se deu mediante roteiro prévio e investigou a escolha do curso, o recrutamento dos participantes e as ações desenvolvidas para inserção dos mesmos no mercado de trabalho. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita. Utilizou-se da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para compreensão dos temas abordados pela gestora.

amostra e com uma idade média de 27,3 anos. Em relação a etnia dos entrevistados, 73,4% se declaram pardos, 20% brancos e 6,6% negros, como está detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 - Características da amostra (Gênero e Etnia)

Gênero		
	Número absoluto	Porcentagem
Feminino	14	93,4%
Masculino	1	6,6%
Total	15	100%

Etnia		
	Número absoluto	Porcentagem
Branco	3	20%
Negro	1	6,6%
Pardo	11	73,4%
Total	15	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Quanto a escolaridade, 60% dos participantes possuíam ensino médio completo, 13,2% ensino superior incompleto

e 13,2% ensino superior completo, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Características da amostra (Escolaridade).

ESCOLARIDADE		
	Número absoluto	Porcentagem
Ensino Fundamental incompleto	1	6,6%
Ensino Fundamental completo	0	0
Ensino Médio incompleto	1	6,6%
Ensino Médio completo	9	60%
Ensino Superior incompleto	2	13,2%
Ensino Superior completo	2	13,2%
Total	13	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Dentre os entrevistados, 46% eram beneficiários do Programa Bolsa Família e nenhum declarou participar de instâncias decisórias e ou movimentos sociais, como grêmios, movimento estudantil, associação, conselho, entre outros.

Em relação aos dados de empregabilidade, explicitados na Tabela 4, 40% estavam trabalhando, 46,6% estavam

desempregados e 13,3% não estavam a procura de trabalho, por motivo de doença e de dificuldade em conciliar o cuidado com os filhos e o trabalho formal. Dados que apontam para questões de gênero, devido ao papel de cuidar da casa e dos filhos ser atribuído socialmente a mulher, discussão que não será feita aqui, devido não ser um dos objetivos dessa pesquisa.

Tabela 4 - Dados de Empregabilidade.

Situação de empregabilidade		
	Número absoluto	Porcentagem
Trabalhando	6	40%
Desempregado	7	46,6%
Não está a procura de trabalho	2	13,3%
Total	15	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Dos 6 participantes que se declararam empregados, 2 estavam recebendo menos de 1 salário mínimo e 4 estavam recebendo 1 salário mínimo. Nas ocupações daqueles que estavam empregados, havia auxiliar de cartório, professora, vendedora, assistente administrativo e técnico de referência da Proteção Social Especial.

Entre os 7 participantes que se afirmaram estar desempregados, 85,71% deles apontaram como motivo a ausência de vagas de emprego no município, 28,57% outros motivos e 14,28% ausência de experiência (vide Tabela 5). A questão admitia mais de uma resposta.

Tabela 5 - Motivo do desemprego.

Motivos para o desemprego		
	Número absoluto	Porcentagem
Falta de experiência	1	14,28%
Preconceito Racial	0	0
Não ter completado o 2º grau	0	0
Ausência de vagas de emprego no município	6	85,71%
Discriminação por residir em comunidade periférica	0	0
Envolvimento com a violência e a criminalidade	0	0
Outros	2	28,57%
Total	7	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Na entrevista com a gestora, a mesma relatou que não teve oportunidade de escolher o curso que seria oferecido no município, uma vez que ela recebeu apenas um comunicado informando a oferta do curso, a data de inserção dos interessados no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica) e a previsão de início do curso. Diante disso, providenciou a divulgação do curso, que se deu por meio de anúncio na rádio comunitária do município e da fixação de cartazes em locais públicos de grande circulação, como unidades básicas de saúde, Prefeitura, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e rodoviária.

Todos aqueles que se inscreveram puderam participar, não havendo lista de espera ou critérios de inclusão ou exclusão. A

gestora demonstrou ter conhecimento do público prioritário do curso, que era os beneficiários do Programa Bolsa Família, e indivíduos inseridos no Cadastro Único para programas sociais. No entanto, ela explicou que não foi necessário realizar nenhuma ação para priorizar este público, uma vez que teve dificuldade para preencher as vagas oferecidas, o que a levou a intensificar a divulgação.

A gestora relatou que houve um baixo interesse da comunidade por estes cursos, fato que ela atribuiu à dificuldade de inserção no mercado de trabalho posterior a realização dos mesmos. Durante a entrevista, a mesma expôs que também não foram desenvolvidas ações para fomentar a inserção dos participantes do curso no mercado de trabalho.

Discussão

Entre os participantes do curso, 93% eram mulheres e 46% eram beneficiários do Programa Bolsa Família. Nesse ponto, se percebe que o Pronatec conseguiu atingir seu objetivo, uma vez que a Lei nº 12.513/2011,

que instituiu o programa, prevê que será estimulada a participação de mulheres, sobretudo aquelas responsáveis pela unidade familiar e/ou beneficiárias de programas federais de transferência de renda (Brasil,

2011), como no caso do Programa Bolsa Família. E considerando a matriz do Marco Lógico do Pronatec, esses dados indicam que o mesmo consegue cumprir seu propósito, que é o de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

Em relação a matriz do Marco Lógico elaborada para compreender o Pronatec, não foram encontrados os resultados esperados pelo programa de forma mais particularizada, com metas periódicas para o alcance do mesmo. Além da ausência de descrição das condições que levariam ao alcance do objetivo. Dilema que é apontado na literatura, uma vez que em muitos casos a teoria que embasa um projeto ou programa não aparece de forma detalhada nos documentos oficiais que descrevem as intervenções governamentais, dificultando a análise das suas propostas e pressupostos (Cassiolato & Guerresi, 2010). O que trouxe uma considerável dificuldade para uma adequada avaliação do Pronatec nesta pesquisa.

Em relação a etnia dos participantes do curso, 73,4% se declaram pardos, 20% brancos e 6,6% negros. O curso oferecido conseguiu atingir as classes raciais ditas menos favorecidas, uma vez que do total da população em extrema pobreza do município, 47,4% se declararam pardos, 3,8% pretos 20,4% se classificaram como brancos, e 28,5% se declararam amarelos ou indígenas (Brasil, 2015).

Quanto a escolaridade, 60% dos participantes possuíam ensino médio completo, e 26,4% ensino superior (completo ou incompleto), demonstrando que se tratava de um grupo com grau de escolaridade que favorecia a qualificação profissional. Os outros 40% da amostra pesquisada possuíam escolaridades diversas, como: ensino fundamental incompleto e até mesmo ensino superior completo. Vale frisar que o próprio regulamento do Pronatec determina que as pessoas que finalizaram o ensino médio podem participar dos cursos desde que seja

na modalidade “Bolsa Formação Trabalhador”.

De acordo com a Lei nº 12.513/2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, no seu artigo 2º, inciso I, declara que o Pronatec atenderá com prioridade “estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2011). Considerando as disposições legais, para este caso, o Pronatec atendeu umas das suas exigências principais, que é da oferta de ensino técnico para pessoas oriundas da rede pública de ensino.

Além disso, a referida lei, no seu artigo 2º, inciso III, determina que também sejam atendidos com prioridade os “beneficiários dos programas federais de transferência de renda” (Brasil, 2011). Para o caso em discussão, aproximadamente 46% dos entrevistados eram beneficiários do Programa Bolsa-Família, que está focado na transferência de renda. E todos estavam no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Dados de trabalho e rendimentos podem ser observados na Tabela 4 que mostra que dos 15 que fizeram o curso do Pronatec no município pesquisado, apenas 6 estão empregados, ou seja, 53% deles estão desempregados. Sendo que, dos que estão trabalhando, nem todos conseguem ganhar 1 salário mínimo mensal. Uma análise do programa, por meio do Marco Lógico, permite perceber que o Pronatec busca a qualificação profissional, mas não há preocupação quanto a uma efetiva inserção no mercado de trabalho, tampouco existem ações e metas voltadas para que os indivíduos não sejam absorvidos pelo trabalho informal e/ou precarizado.

Sendo o principal objetivo do Pronatec o de aumentar o número de mão de obra qualificada com nível técnico e profissional no Brasil e, em consequência, conseguir ser absorvida pelo mercado de trabalho, identificou-se no cenário do município pesquisado que o programa não foi exitoso

para os 15 egressos do programa. As ocupações em que os participantes se inseriram após o curso demonstram-se distintas do curso oferecido pelo Pronatec e que fora realizado pelos mesmos (qualificação em Recursos Humanos).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município pesquisado é de pequeno porte (inferior a 20 mil habitantes) e uma economia baseada na agricultura e pecuária e, em menor escala, no extrativismo vegetal. Portanto, o curso oferecido de qualificação em Recursos Humanos não está em conformidade com as demandas dos setores produtivos locais. Tal fenômeno pode ser observado na Tabela 5, que demonstra que a maioria, dos que se declararam sem emprego, afirmou que o motivo principal para a sua não inserção no mercado de trabalho foi justamente a ausência de vagas de emprego no município, de acordo com a qualificação profissional recebida no curso do Pronatec.

Tal situação indica um descompasso entre o curso ofertado e as necessidades de mão de obra da cidade, a qual tem sua economia baseada principalmente na agropecuária. De acordo com o trabalho de Melo e Cunha (2014), a implantação de cursos oferecidos pelo Pronatec deve estar em consonância com os arranjos produtivos locais e com os agentes sociais e econômicos envolvidos diretamente no processo produtivo. Porém, como se pode apurar, nesta localidade isso não ocorreu. Por sua vez, verificou-se que em torno de 60% dos pesquisados estão fora do mercado de trabalho pelos motivos alegados na Tabela 5 em função, principalmente, da ausência de vagas na respectiva área de qualificação recebida no programa.

Logo, em vista desse resultado, faz-se necessário, como requisito para a implantação de cursos em uma localidade, a realização de consulta pública com os diversos agentes da sociedade civil organizada, a saber: poder público, produtores, empresas e

trabalhadores, para discutir a viabilidade de implantação de cursos para qualificação da força produtiva local, considerando demandas existentes como também expectativas futuras de investimentos. Tal desarticulação também pode estar relacionada com a ausência de interesse da comunidade por estes cursos, observado pela gestora responsável pelas ações do programa no município. Quanto a não inserção dos participantes em grupos sociais ou instâncias de decisão, se percebe o não cumprimento de mais um dos objetivos do Pronatec, uma vez que a escolha dos cursos deveria ser definida por meio de audiências públicas com a sociedade (Pacheco, 2011).

Os resultados encontrados neste município demonstram que o Pronatec atingiu a meta de oferecer qualificação profissional, mas não foi suficiente para ampliar as oportunidades de trabalho, não conseguindo atender um de seus pressupostos, explicitados na Tabela 1, que é a absorção da mão de obra qualificada no programa pelo mercado de trabalho. Estudos realizados em outras localidades também registraram que o mercado de trabalho da região não tem absorvido os concluintes dos cursos do Pronatec, indicando que esta qualificação talvez não seja suficiente para assumir as vagas de trabalho (Araujo, Sicheski & Trennephol, 2016).

A ausência de ações para fomentar a inserção dos participantes do curso no mercado de trabalho, relatada pela gestora, pode ter contribuído para o baixo índice de empregabilidade dos mesmos. Nesse ponto se percebe que os objetivos do programa não foram alcançados por completo, uma vez que a “articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (Brasil, 2011, p.1) não foi observada nesta localidade, avaliação que pode subsidiar os gestores públicos (Jannuzzi, 2011).

Para garantir a eficiência dos serviços, as instâncias de controle social do Pronatec

(como o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional e o Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional) precisam ter capilaridade e organizar-se também em nível local, e não apenas nacionalmente. De modo a contar com a participação direta dos trabalhadores, buscando fomentar o protagonismo e a cidadania dos mesmos, inclusive como protagonistas do desenvolvimento econômico e produtivo. Uma vez que a avaliação de um programa visa a sua revisão e aprimoramento (Piecha e Valerelli, 2008), este item poderia ser incorporado ao programa, de modo a evitar baixos índices de inscrições, alto número de evasão e dificuldade de inserção no mercado de trabalho posteriormente.

Realizar avaliação de políticas públicas, mesmo diante da complexidade dos programas federais, se mostrou necessária, já que a matriz do Marco Lógico os dados

Considerações Finais

Reitera-se, nesta pesquisa, a avaliação como etapa fundamental no ciclo de desenvolvimento de uma política pública, uma vez que a identificação de distorções, por meio da matriz do Marco Lógico, auxilia a correção do curso das ações para o alcance dos objetivos pretendidos, dentre outros benefícios, como a própria indagação sobre a efetividade da política em si. Para o estudo em questão foi escolhido como objeto de avaliação o Pronatec. Mas, diante do porte do programa, que tem inserção em todo o território nacional, optou-se por fazer um recorte, em um município do interior do estado do Tocantins.

Em que pese os limites inerentes a um recorte geográfico de estudo, pode-se constatar a dissonância dos pressupostos do Pronatec de empregabilidade, em relação ao cumprimento das metas de oferta de qualificação profissional. Explicita-se aqui a recorrência de uma mesma e discutível estratégia de

levantados pela aplicação do formulário permitiram explicitar uma realidade que muitos gestores públicos parecem evitar (Benini et al., 2012): verificar se, de fato, a política pública implementada tem atingido seu êxito ou cumprido sua função social.

No Brasil, por vezes, se identifica uma descontinuidade das ações de dadas políticas públicas, sem antes se realizar a necessária avaliação, que, como foi visto neste estudo, tem potência para indicar as ações mais adequadas no desenrolar da política – mesmo que a indicação seja a mudança de agenda. É importante compreender os determinantes e os interesses em jogo no uso da avaliação, como disputas políticas e eleitorais, e que a avaliação consistente das intervenções governamentais também é um elemento dessa disputa (Benini et al., 2012. Frigotto et al., 2005), ainda que visem favorecer ou ampliar a efetivação do interesse público.

qualificação profissional, de longa data já utilizada por outros programas, centrada apenas na oferta de trabalho qualificado (ou que recebeu cursos de formação), sem considerar adequadamente as dinâmicas locais de desenvolvimento econômico, ou mesmo a própria problemática da organização socioprodutiva deste desenvolvimento. Apesar do Pronatec ser um programa novo, formalmente criado em 2011, traz em essência velhas concepções na relação educação e trabalho.

Mesmo considerando apenas a execução operacional dessa política pública, inferiu-se para a necessidade de melhor planejamento e articulação na escolha e oferta de cursos, e também um cuidado especial com a questão de gênero, uma vez que 93% dos participantes do curso eram mulheres e algumas delas relataram que o motivo que as impede de inserir-se no mercado de trabalho é o papel de mãe e a necessidade de cuidado dos filhos.

Em outra perspectiva, de natureza propositiva, pode-se observar ainda a ausência de uma discussão que articule o planejamento do próprio desenvolvimento socioeconômico, explicitando perspectivas de

investimento, com as demandas e problemáticas do mundo do trabalho, que condicionam as exigências de formação para uma determinada conjuntura de mercado de trabalho.

Referências

- Alves, G. (2005). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (Org.) (2006). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo.
- Bardin L. (2011). Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Araujo, C. M. M., Sicheski, S. J., & Trennephol, D. (2016). Análise dos cursos oferecidos pelo Instituto Federal Farroupilha-Campus Santo Augusto através do PRONATEC. Anais do Salão do Conhecimento Unijuí 2016, 1(1), 1-10. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijuí.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7002/5768>> Acessado em 28 out. 2016.
- Benini, E. A, Benini, E. G, & Novaes, H. T. (2012). Os grilhões da gestão pública: O processo decisório e as formas contemporâneas de dominação patrimonialista. Cadernos Gestão Social, 3(1), 85-100.
- Berriet-Sollicec, M., Baudry, J., & Labarthe, P. (2009). A avaliação de políticas à prova dos fatos: as contribuições dos métodos "evidencebased policies". Estudos Sociedade e Agricultura, 17 (2), 227-253.
- Brasil.(2001). Técnicas de Auditoria: Marco Lógico. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.
- Brasil. (2006). O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero. Brasília: MDS/AGENDE. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/PBF%20e%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero.pdf>>. Acessado em 2 mai. 2016.
- Brasil. (2011). Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acessado em 5 jan. 2016.
- Brasil. (2012a). Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm> Acessado em 30 jan. 2016.
- Brasil. (2012b). Decreto nº7.855, de 5 de dezembro de 2012. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7855.htm>. Acessado em 15 jan. 2016.
- Brasil. (2012c) Pronatec: Brasil Sem Miséria. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em http://www.mda.gov.br/sites/sitesmda/files/user_arquivos_25/Cartilha_Pronatec_BSM_V.2012.pdf. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

- Brasil. (2013). Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm>. Acessado em 26 out. 2016.
- Brasil.(2015). A extrema pobreza em seu município. Brasília, DF: MDSA/SAGI, 2015a. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobrez_a>. Acessado em 25jul. 2016.
- Cassiolo, M. M. M. C., & Garcia, R. C. (2014). Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Brasília: IPEA.
- Cassiolo, M. M.M. C., & Guerresi, S. (2010). Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: IPEA.
- Castro, M. G., & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 116(2), 143-176.
- Coelho Júnior, F. A.(2013). Marco lógico na educação inclusiva: o quê e como podemos fazer? Projeto Diversa: Educação Inclusiva na Prática, 1 (1), 10-50.
- Dias, M. W. (2015). Empoderamento e autonomia das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Porto Alegre: o caso da Restinga. Monografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de bacharelado em Ciências Sociais. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132873/000983890.pdf?sequence=>>>. Acessado em 26 out. 2016.
- Figueiredo, M. F., & Figueiredo, A. M. C. (1986). Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.
- Frigotto, G., Ciavatta, M. & Ramos, M. (2005). A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113.
- Guberman, G. & Knopp, G. (2011). Monitorar a prática para aprimorar o que se aprende: examinando sistemas internacionais de M&A como benchmarking para a experiência brasileira. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 2, Julho-Dezembro.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Informações Completas Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins>>. Acessado em 8 abr. 2016.
- Jannuzzi, P. M. (2011). Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas, 36, pp. 251-275.
- MDS. (2015). Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec / Bolsa Formação entre 2011 e 2014. n. 24 Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17796-caderno-de-estudos-24-inclusao-produtiva-urbana&category_slug=julho-2015->

- pdf&Itemid=30192>. Acessado em 26 out. 2016.
- Melo, M. A. F., & Cunha, C. (2014). Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Arranjos Produtivos Locais e a Sustentabilidade. Anais da ANPAE. Disponível em: <http://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/MarliAlvesFloresMelo_GT6_integral.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- Mowat, D. (2007). Decisões baseadas em evidências na saúde pública. Ethos Governamental. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1555-8746/2007/vn4/a231-248-1.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.
- Oliveira, F. (2003). Crítica à razão dualista: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Pacheco, E. (org). (2011). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Editora Moderna.
- Penteado Filho, P. A. (2002). Elaboração de Programas e Projetos. Notas de Aula, Curso de Especialização em Gestão Pública, UNITINS. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~paulopen/logtex.html>>. Acessado em 30 jan. 2016.
- Piecha, P. A., & Valarelli, L. L. (2008). Monitoramento de Impacto Uma Proposta Metodológica. Série Monitoramento & Avaliação 4. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Ramos, M. N. A. (2002). Educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. Revista Educação e Sociedade, Campinas, 23 (80), 401-422.
- Rua, M. G. (2005). A avaliação prática do Marco Lógico. MIMEO. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacao_pratica_marco_logico.pdf>. Acessado em 30 jan. 2016.
- Santos, A. R. (2013). A Teoria do Programa e seus múltiplos usos: construindo referências para a Avaliação de Desempenho do Pronatec. Monografia. Especialização em Avaliação de Políticas Públicas.
- Silva, D. M. (2015). Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do programa. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20458/1/DanilmaDeMedeirosSilva DISSERT.pdf>> > Acessado em 28 out. 2016.
- Souza, R. P., Hellmann, A. G. (2012). A institucionalização do monitoramento e avaliação na administração pública federal brasileira. Anais do 80 Encontro da ABCP, Gramado.